

A FAMÍLIA COMO IDEOLOGIA E PRÁTICA NA INDÚSTRIA TÊXTIL DO NOROESTE DE PORTUGAL NA ÉPOCA DE SALAZAR, 1930-70*

por

Alice Ingerson**

Abstract: In this article we analyze the lack of correspondence between the formal ideology of the “patriarchal family” — idealized and perpetrated systematically by the New State in Portugal from the 1930's through the 1970's — and the daily experiences and aspirations of actual working-class families within the textile industry in the Northwestern Portuguese region of the Vale do Ave. Special attention is granted to the roles of married women in the local workforce, in their domestic groups, and in the simultaneously political and familistic corporativist ideology expounded by Salazar. Both quantitative statistical sources as well as qualitative documents are examined: firstly, the national censuses of 1930, 1940, 1950, and 1960 along with three local surveys of factory workers and their families from 1935-36, and secondly, deferential personal letters written by working-class women petitioning Labour Ministry delegates or metaphorically addressing the government as a “father figure”. We conclude that whatever minimal correspondence ever existed between the State ideology extolling the wife/mother figure anchored in the home and the real conditions and practices of salaried labourers in the textile industry probably resulted solely from the strategic adaptation of these workers to specific conjunctures of unemployment and wider industrial contraction. Workers did *not* view their families as miniature, male-based, authoritarian cells nor did they blithely accept the image of family relations as a metaphor for relations between workers and employers or between workers and the State.

A ideologia explícita da família nuclear patriarcal de António de Oliveira Salazar ajudou a moldar as relações entre o Estado Novo corporativista¹ e a classe operária em Portugal desde os anos 30 até aos anos 70, o período em que Portugal foi governado primeiro pelo próprio Salazar e, mais tarde, pelo seu sucessor,

* Tradução da versão original (Abril de 1991) em língua inglesa de Brian Juan O'Neill, revista pela autora, Paulo Castro Seixas e Vítor Oliveira Jorge.

** Directora de Publicações — Lincoln Institute of Land Policy, Cambridge, Massachusetts.

¹ Tenho designado o Estado Novo como *corporativista*, que parece mais simples do que o evitar da classificação política do regime através do epíteto “salazarista” (que fornece uma definição correcta mas sem especificar o conteúdo político), desde que a espécie política do Estado Novo não seja a questão principal a ser focada.

Marcelo Caetano. Salazar interpretou o patriarcalismo (*patriarchy*) — no sentido duma família cujos membros aceitavam, e dependiam de, um marido/pai — como uma alternativa à consciência de classe e uma metáfora para as relações entre os trabalhadores e o Estado. O Estado Novo tratou as mulheres explicitamente como uma forma de mão-de-obra em reserva para a indústria e relegou-as preferencialmente para o lar.

Tanto Salazar como os analistas políticos após a revolução socialista de 1974 em Portugal supunham que havia uma correspondência nítida entre, por um lado, a família patriarcal idealizada pelo Estado Novo corporativista e, por outro, as experiências quotidianas das classes operárias rurais (quer agrícolas, quer industriais) do Norte do país. Howard Wiarda afirma, por exemplo, que as tradições políticas portuguesas sustentavam o uso da família patriarcal por Salazar como um “modelo e metáfora” apropriados para o Estado, visto como uma “autoridade forte mas paternalista”, com “um projecto maior que a soma das suas partes individuais” (Wiarda 1977:105). Sem aceitar esta tese geral, uma série de investigadores tem afirmado que os camponeses e as classes operárias nortenhas essencialmente aceitaram e mantinham a ideologia familiar de Salazar porque ela se adaptava às suas experiências e aspirações quotidianas. Fernando Medeiros sugere que a implantação da indústria têxtil do algodão no Noroeste no final de oitocentos “foi ditada pela proximidade de comunidades familistas (*familistic communities*) organizadas ainda numa base em geral pré-capitalista” (Medeiros 1978:105). M.V. Cabral retratou os trabalhadores rurais industriais do Norte como uma “classe semi-proletária, cujas referências culturais e ideológicas básicas não podem ser senão as da família camponesa pequena e patriarcal” (Cabral 1978:419-20).

Mas, em vez de provir de uma suposta predilecção preexistente para o patriarcalismo de entre os próprios trabalhadores, qualquer correspondência entre a estrutura ou o comportamento de famílias trabalhadoras e as imagens defendidas pelo regime corporativista podia ter resultado, antes, da intervenção activa do Estado no sentido de remodelar as famílias conforme a sua ideologia política ou, alternativamente, da adaptação estratégica de trabalhadores aos programas do Estado. Tanto as provas quantitativas como qualitativas analisadas a seguir suportam as duas últimas interpretações. As estruturas familiares e as estratégias económicas no Noroeste de Portugal foram apenas esporadicamente patriarcais e, mesmo nesses casos, foram-no não independentemente — mas antes como resultado — dos programas económicos e sociais do Estado Novo.

Na região nortenha do Vale do Ave focada neste texto, as famílias operárias da indústria têxtil foram-se aproximando mais da família nuclear patriarcal de Salazar ao longo do percurso do regime, desde o início da década de 30 até aos primeiros anos da década de 70. Certamente, a família típica da região tendia a ser nuclear, composta por um casal e seus respectivos filhos, incluindo apenas

ocasionalmente um avô ou avó viúvo/a ou reformado/a, ou o cônjuge de um dos filhos. Nestas famílias, a estrutura da autoridade era potencialmente patriarcal, na medida em que uma só pessoa preenchia o papel do “marido/pai” economicamente activo. Praticamente nenhum destes grupos domésticos contava com irmãos casados co-residentes, situação em que mais que um homem casado poderia teoricamente reclamar o papel de “pai”. Sob o Estado Novo, foram cruciais os contributos dos homens nos rendimentos da família, devido aos despedimentos mais frequentes das mulheres das fábricas. Além destes factores estruturais favorecendo a dependência da família dos seus membros masculinos, alguns dados provindos dos arquivos das delegações laborais do Ministério do Trabalho sugerem que os operários da região adoptaram imagens e metáforas da família patriarcal precisamente para lidar com o Estado corporativista — por exemplo, exigindo empregos ou protestando contra despedimentos.

Mas, mesmo no começo do período corporativista, as famílias dos operários da indústria têxtil no Vale do Ave não poderiam considerar-se autenticamente patriarcais; era muito raro encontrar-se uma família suportada por um só homem como ganha-pão. Estariam mais propensas a trabalharem nas fábricas as mulheres casadas e seus filhos do que os homens casados. A proporção destas na força de trabalho da indústria têxtil variava entre pouco menos e definitivamente mais de metade de todos os trabalhadores empregados naquela indústria desde os anos 30 até aos 70 (ver Quadro 1). Na medida em que estas famílias dependeram durante esses anos de seus elementos masculinos, tal processo foi um resultado directo de programas estatais que desencorajavam o emprego de mulheres na indústria. Assim, quaisquer tendências patriarcais na estrutura familiar ao longo desta época derivavam, pelo menos, tanto da coerção económica (porque, de facto, as mulheres não podiam manter os seus postos) como de qualquer consenso político (baseado no princípio de que as mulheres não deveriam trabalhar fora do lar).

Parece ainda mais significativo o papel da coerção económica à luz dos dados não estatísticos. Aqueles trabalhadores que solicitaram empregos invocando as suas responsabilidades familiares, ou que adoptaram o papel metafórico de “filhos” requerendo ao Estado como “pai”, fizeram-no mais amiudadamente nas alturas de desemprego elevado. Logo quando a Guerra Civil de Espanha, a II Guerra Mundial e a emigração para a Europa do Norte nos anos 60 e 70 originavam escassez relativa de trabalho, no entanto, os operários da região estavam muito mais propensos a fazerem greve ou a abandonarem os empregos sem nunca sequer solicitar compensação ao Estado. Parece por isso provável que os trabalhadores no Vale do Ave utilizavam a família patriarcal num sentido defensivo ou até cínico para obter patrocínio do Estado, sem necessariamente aceitarem as políticas de deferência e dependência que — mantinha Salazar — cresciam naturalmente no seio da família patriarcal.

A IDEOLOGIA CORPORATIVISTA EM PORTUGAL

O Estado Novo apresentou a família patriarcal ideal como a unidade básica de — e o modelo para — as relações de classe social. M. F. Mónica sintetiza a importância deste familismo na ideologia corporativista do Estado Novo: “A nova sociedade que Salazar procurava edificar pressupunha um regresso à antiga família patriarcal... uma instituição cujas relações se fundavam não no confronto mas na colaboração, e em cujo âmago estava uma hierarquia ‘natural’. Como centro de solidariedade e referência ideológica, a família serviria de perfeito substituto da classe” (Mónica 1978:268-9).

O familismo ocupava um lugar central nos próprios discursos de Salazar, como também na legislação, nos livros escolares e virtualmente todas as outras formas de discurso público ou estatal. Num discurso de 1933 sobre os “conceitos económicos da nova constituição”, Salazar propunha que o Estado Novo iria corrigir os erros fundamentais do liberalismo:

“Nós adulterámos a noção de trabalho e a pessoa do trabalhador... não nos lembramos sequer de que ele é elemento da família e que a vida não está só nele, mas na mulher, nos filhos, no lar.

Fomos mais longe: dissociámos este; chamámos a mulher e a criança como valores menores, mas baratos, da produção — unidades soltas, elementos igualmente independentes uns dos outros, sem ligações, sem afectos, sem vida em comum — e desfizemos praticamente a família. Dum só golpe desmembrámos o núcleo familiar, aumentámos a concorrência dos trabalhadores com o trabalho feminino, e não lhe demos em salário o correspondente à produtividade da boa dona de casa e à utilidade social da exemplar mãe de família.... A família é a mais pura fonte dos factores morais da produção.” (Salazar *Discursos I*:190-91, 201).

Salazar salientou que o corporativismo poderia restaurar a dignidade do trabalho e dos trabalhadores ao tratar ambos na sua natureza simultaneamente moral e económica. Com a esposa e a mãe no seu seio, a família era a fonte destas duas formas de valor, que não podiam ser agregadas se aquela figura trabalhava fora do lar. Salazar utilizava a família amiúde como modelo das relações entre o Estado Novo e todas as classes sociais na sociedade portuguesa. Num discurso de 1934, por exemplo, sugeriu que “Como uma grande família ou uma grande empresa, a Nação precisa, pela defesa dos seus interesses comuns e para a realização dos fins colectivos, duma cabeça coordenadora, dum centro de vida e de acção” (citado em Campinos 1975:47).

A legislação básica do Estado Novo reflectiu com bastante clareza as opiniões conservadoras de Salazar. Por exemplo, o Artigo 5 da Constituição de 1933 reconheceu a “igualdade perante a lei” de todos os cidadãos, sem referência a

qualquer “privilégio de nascença, nobreza, título, sexo ou posição social, salvo apenas a distinção devida às mulheres em virtude da sua natureza e no interesse da família”. O Artigo 12 estipulava que o Estado assegurasse a constituição e protecção da família como fonte de “preservação e desenvolvimento da raça”, como a base da educação, disciplina e harmonia social, e como o alicerce de toda a ordem política e administrativa.

A burocracia corporativista erigiu o familismo patriarcal como pilar-base dos seus programas laborais. O Estado Novo definiu as mulheres trabalhadoras como mão-de-obra secundária. Embora oficialmente não existisse diferenciação salarial por sexo em termos de categoria profissional, o Estado Novo explicitamente proibiu o trabalho nocturno feminino (daí o pagamento suplementar de 50% nesse horário), e na prática desencorajava a contratação de mulheres para postos mais permanentes e melhor remunerados, de natureza técnica ou de direcção e supervisão. Além disso, Salazar não defendeu o direito das mulheres a qualquer tipo de emprego fora do lar. Desta forma, ao queixar-se do seu salário ilegalmente baixo, uma mulher poderia mesmo ser rapidamente despedida, se o governo convencesse o seu patrão de que realmente deveria permanecer em casa em vez de trabalhar na fábrica. As mulheres eram frequentemente os primeiros — até os únicos — trabalhadores despedidos em períodos de baixa actividade.

Durante a década dos 30 a burocracia laboral corporativista no Vale do Ave tentou expressamente impedir o ingresso de um maior número de trabalhadores agrícolas nas fábricas e promover a redução do número de mulheres aí empregadas. Em Julho de 1934, por exemplo, o novo delegado do Instituto Nacional de Trabalho e Previdência (INTP) em Braga indeferiu o requerimento duma empresa de um horário nocturno para operários de teares manuais, com a seguinte justificação: (1) todos os homens disponíveis já estavam empregados na indústria têxtil; (2) como resultado, a população estava a abandonar a agricultura completamente; e (3) a empresa teria, por conseguinte, de contratar mulheres e menores, cujas deslocações nocturnas, noutros casos, já “têm originado um grande relaxamento moral” (MTB 34:1934)².

Numa linha de argumentação semelhante, o novo sindicato têxtil no Vale do Ave pronunciou-se contra o emprego de mulheres casadas. Os donos e gerentes

² Os arquivos das delegações do Ministério das Corporações e os sindicatos não foram — à data de elaboração deste artigo (1991) — oficialmente abertos para consulta. Obtive acesso a estas fontes sob a condição de preservar o anonimato de todos os indivíduos mencionados e, tanto quanto possível, das próprias empresas. Atribuí um número a cada uma das empresas têxteis cujos registos analisei nas delegações distritais do Ministério do Trabalho em Braga e Porto e nos gabinetes dos sindicatos locais; no texto, todas estas referências utilizam três iniciais para identificar o gabinete no qual se localizam os registos, um número para a empresa e o ano a que diz respeito o dossier (por exemplo, MTB 1:1945 para *Ministério de Trabalho Braga*/empresa número 1/ano). Ver o apêndice a Ingerson (1984b) para mais discussão metodológica destas fontes, e das histórias orais discutidas na conclusão deste artigo.

de fábricas muitas vezes tiraram proveito directamente deste programa governamental. Num caso, o sindicato informou: “tendo recebido protestos da parte deste pessoal, alegando o mesmo que enquanto passavam fome, na fábrica se encontravam a trabalhar homem e mulher da mesma casa, resolvemos tomar a iniciativa de propor à gerência da Fábrica acima citada, o ingresso de pessoal sem recursos, nos lugares das mulheres dos homens que também trabalham. A nossa sugestão foi aceite pela dita gerência” (MTB 1:1939).

Igualmente em 1939, outra fábrica utilizou um raciocínio semelhante ao justificar um despedimento de cerca de 600 operárias. O anúncio afixado na fábrica lia-se virtualmente como se fosse uma citação directa do discurso de Salazar, sugerindo que os salários que as mulheres auferiam nas fábricas não conseguiam compensar os custos morais de não ter uma mãe no lar. O governo deu o seu aval incondicionalmente ao referido despedimento.

“...embora com mágua e de acordo com os prazos estabelecidos pela lei, são hoje fixados em todas as secções as listas com os nomes das operárias cujos serviços somos obrigados a dispensar. São todas as mulheres casadas, cujos maridos trabalham cá, ou fora. Procede-se assim por se julgar a forma mais justa e menos prejudicial a todo o pessoal. Na verdade, o lugar da mulher casada com ou sem filhos é em casa. É lá que ela melhor pode ajudar o marido, e sobretudo olhar pelos filhos que tão desprezados são quando a mãe não está em casa. Estamos persuadidos que na maioria dos casos a diminuição de salário provocada pela saída da mulher casada da fábrica será em breve compensada por uma melhor arrumação caseira, por uma melhor educação dos filhos, que andarão mais limpos e bem tratados, e por tudo aquilo que uma mulher sabe e pode fazer quando quer o bem do seu marido e dos seus filhos. Para as vagas que for necessário preencher iremos buscar os filhos das famílias mais numerosas como acostumamos fazer” (MTB 63:1939).

Durante a II Guerra Mundial, o Estado Novo prolongou a sua oposição ao emprego de mulheres na indústria. Em 1941, o sindicato do sector têxtil advertiu em relação à prática de se permitir horários extraordinários nas fábricas “porque apenas existem desempregados, na área desta secção, mulheres casadas, que todos os industriais têm relutância em colocar, e homens provavelmente inaptos para o desempenho do lugar na sua categoria profissional” (MTB 31:1941). Essencialmente, o governo colocou as mulheres casadas na posição de homens incapazes — ambas estas categorias eram consideradas indesejáveis. Apesar deste programa, porém, a escassez de mão-de-obra em relação à procura de têxteis criada pela guerra conduziu, durante os anos 40, a um número crescente de operárias nas fábricas.

Na década de 50, o Estado Novo incentivou a concentração de capital no Vale do Ave sob o pretexto de que apenas uma indústria têxtil portuguesa modernizada poderia competir nos mercados mundiais, particularmente desde que as indústrias têxteis dos países combatentes se recuperaram da guerra. A lógica

corporativista exigiu a “defesa da família” como prioridade sobre o desenvolvimento económico. A forma menos onerosa de reduzir uma mão-de-obra inflacionada, e de mecanizar a indústria têxtil, seria reenviando as mulheres para o lar. Em 1952, por exemplo, o Ministro do Trabalho insistiu que a campanha para o crescimento industrial e a modernização então em curso não significava que o Estado iria tentar fechar definitivamente todas as empresas pequenas porque estas últimas eram economicamente ineficientes. Pelo contrário, “se tem sustentado a necessidade de fomentar decididamente o artesanato e as pequenas unidades, mesmo à custa da dimensão óptima da empresa e dos inerentes desperdícios de rendimento material... A própria defesa da família — primeira célula do agregado nacional — não pode deixar de determinar as soluções que fortaleçam a sua estrutura e estimulem a sua actividade produtiva” (Dias Rosas 1953:38). Em 1958, o Ministro do Trabalho respondeu assim às perguntas de jornalistas estrangeiros sobre o trabalho feminino:

“Com efeito, o problema nuclear do trabalho feminino não está, quanto a nós, em promover o seu desenvolvimento. Embora se reconheça que as novas condições técnicas exigem e tornam possível a expansão do emprego feminino, nem por isso pode esquecer-se que a vocação primária da mulher é a maternidade. Assim, o movimento... que em Portugal está na ordem do dia... deve, quanto a nós, definir-se pela forma seguinte: aceitando, como uma realidade, a existência do trabalho das mulheres fora do lar, procura-se garantir que ele não dificulte e muito menos impeça o cumprimento da alta missão maternal da mulher” (Macedo 1958:22-3).

Na prática, os novos programas do governo favoreceram empresas industriais de grande dimensão em vez de pequenas empresas familiares de natureza artesanal. Como nos anos 30, os donos das fábricas planearam os seus despedimentos tendo em vista a política do governo. Em 1952, o sindicato têxtil numa das áreas do Vale do Ave comunicou que “estamos informadas estar vedado naquela Fábrica a admissão de operárias. Os Gerentes deram ordens terminantes nesse sentido e por isso há dois anos que não se verifica naquela Fábrica a admissão de qualquer mulher” (MTB 14:1952). No mesmo ano, outra fábrica seguiu conscienciosamente os princípios do governo ao despedir em primeiro lugar as mulheres, mesmo que estas fossem consideradas trabalhadores de melhor qualidade do que os homens que aí permaneceram: “À parte as aprendizes, são operárias casadas com maridos colocados tendo sido escolhidos de entre aqueles para quem o sacrifício seria menos penoso... A empresa, como sempre, procurou resolver conscienciosamente, e tão conscienciosamente que não olhou à sua qualidade como operários. Os suspensos são quasi todos... dos melhores operários. A empresa mantém ao serviço operários menos capazes que não foram escolhidos

por serem chefes de família e únicos a ganhar no agregado familiar” (MTB 41:1952). Em 1953, a mesma firma que tinha despedido cerca de 600 operárias em 1939, fê-lo de novo, desta vez despedindo 525 trabalhadores, incluindo todas as mulheres casadas.

Nas décadas de 1960 e 1970, tal como sugerem as mudanças na organização dos Censos, o governo português começou a colocar menos ênfase pública sobre o lugar das mulheres no lar. Ao mesmo tempo, o destacamento para as guerras contra os movimentos de independência na África portuguesa, e a emigração massiva de portugueses para França e Alemanha, criaram novamente uma escassez de mão-de-obra e, conseqüentemente, incentivaram o emprego das mulheres. No entanto, as preferências e a política do regime mantiveram-se claras ao longo dos seus quase 50 anos: as mulheres constituíam trabalhadores de último recurso. Os homens ocuparam dentro da família a mesma posição de autoridade incontestevel (mesmo se essa autoridade aparecesse como teoricamente benevolente) que o Estado corporativista ocupava na sociedade portuguesa.

OS DADOS ESTRUTURAIS DO VALE DO AVE NOS ANOS 30

As estatísticas históricas referentes ao Vale do Ave corroboram a conclusão de que as mulheres, em vez dos camponeses ou os semi-proletários, constituíam a mais importante mão-de-obra em reserva. Em contraste com a família rigidamente patriarcal idealizada por Salazar, as famílias no Vale do Ave parecem ter sido altamente flexíveis. Muitas delas claramente enviaram os seus membros femininos para o exterior à procura de emprego, “desmembrando-se”, na linguagem de Salazar, tanto quanto fosse economicamente possível. Qualquer correspondência nítida entre a ideologia corporativista e a estrutura familiar nesta região parece ter sido uma resposta temporária à privação económica, enquanto as famílias reabsorviam aqueles membros desempregados devido a despedimentos ou ao encerramento de fábricas. Sob o corporativismo, estes membros eram mais frequentemente as mulheres, mais como resultado da política do Estado do que de qualquer desejo da classe operária de proteger a família “tradicional”. Ao longo da década, a participação das mulheres no mercado de trabalho foi suficiente para ser reconhecível mesmo dentro das categorias dos Censos corporativistas, que procuravam minimizar essa mesma participação.

O CENSO DE 1930

O Censo nacional de 1930 foi preparado após o golpe de estado que depôs a Primeira República em 1926, mas antecedeu a implantação do Estado Novo por Salazar em 1933. Embora fornecendo informação imprecisa em torno das estruturas das classes sociais e das famílias na região, permite-nos no entanto confirmar que as mulheres desempenharam um papel importante, embora apenas reconhecido indirectamente, na economia local. O Estado Novo supunha e permitia que as mulheres trabalhassem fora da esfera doméstica apenas em circunstâncias excepcionais. No Vale do Ave, porém, estas mesmas circunstâncias excepcionais constituíam a regra nos anos 30.

De certa forma, o Vale do Ave não se distanciava dramaticamente do idílio patriarcal de Salazar em 1930. As famílias apresentavam uma estrutura aparentemente nuclear, pelo menos no sentido de terem por média 4,4 membros em vez duma dimensão maior. A agricultura proporcionava o maior número de empregos na economia local, perfazendo uma média de 38% do total de empregos locais. A indústria têxtil constituía a única actividade económica mais significativa a seguir à agricultura, absorvendo uma média de 16% da população activa. A estruturação do emprego nestes dois sectores era muito diferente: os operários têxteis tinham mais probabilidades de serem classificados como “por conta de empresa”, ao passo que os trabalhadores agrícolas tendiam a ser classificados como “por conta própria” (ver Quadro 1). É interessante notar-se que estas categorias claramente tomaram como modelo o emprego industrial: a distinção entre o trabalho “por conta de empresa” e o trabalho “por conta própria” fazia sentido com referência às tarefas de manufactura, enquanto que em relação à agricultura não se verificou uma distinção tão nítida (um agricultor por conta própria podia ser proprietário dum terreno grande ou pequeno, ou ser até mesmo um caseiro).

O recenseamento de 1930 atribuiu às mulheres do Vale do Ave uma posição económica bem diferente da dos homens. O Censo reconheceu os contributos económicos das mulheres de duas formas principais: como trabalhadoras assalariadas na indústria têxtil e como “membros da família auxiliando os respectivos chefes” noutros sectores. No seu total, as mulheres excederam ligeiramente em número os homens, mas excederam-nos como “ajudantes familiares” flagrantemente no sector da agricultura e, embora menos dramaticamente, ainda na indústria têxtil. Estas trabalhadoras não auferiam necessariamente um salário formal, mas o recenseamento reconheceu o seu papel produtivo dentro de empresas familiares, em vez de as classificar como dependentes dos seus chefes-de-família (o Censo de 1940 inverteu esta decisão, simplesmente eliminando “ajudantes familiares” como parte da “população economicamente activa”). Esta categoria atingiu uma importância tal, com as mulheres a predominar, que estas chegaram a exceder em

número os homens no total da população economicamente activa em 1930, apesar da maioria masculina verificada em todas as outras categorias de pessoas economicamente activas (emprego estatal, no sector privado e por conta própria).

As proporções relativas dos dois sexos na categoria de emprego por conta própria são igualmente sugestivas. Praticamente nenhuma mulher foram classificadas neste grupo na agricultura, mas havia um número sensivelmente maior de mulheres independentes em relação aos homens independentes na indústria têxtil. O Vale do Ave parecia afastar-se dos ideais de Salazar em duas dimensões simultaneamente: as mulheres perfaziam não apenas uma parte significativa da população economicamente activa tanto no sector agrícola como no industrial mas, além disso, possuíam muito melhores potencialidades de se tornarem patroas de si próprias na indústria do que na agricultura. As estatísticas assim parecem confirmar a suspeita de Salazar de que a industrialização debilitava a autoridade patriarcal, no sentido em que a dependência das mulheres dos seus maridos e pais era menos eficaz do que na agricultura.

O número de pessoas de ambos os sexos que trabalhavam “por conta própria” na indústria têxtil contava, no entanto, com menos de 1% da população economicamente activa no Vale do Ave. As brechas mais significativas entre a estrutura social e a ideologia corporativista neste vale verificavam-se, antes, na predominância daqueles que auferiram salários sobre aqueles “por conta própria”, e na das mulheres sobre os homens na população economicamente activa no seu conjunto. Uma segunda fonte quantitativa com informações sobre as práticas económicas e as estruturas de parentesco das famílias da classe operária no Vale do Ave veio confirmar amplamente estas brechas: trata-se duma série de quadros de pessoal e de famílias dependentes de três fábricas têxteis.

OS INQUÉRITOS DAS FÁBRICAS DE TÊXTEIS

Os inquéritos^{N.T.} sobre os trabalhadores e as suas famílias em três fábricas — que continham os dados analisados nesta secção — encontraram-se nos arquivos da delegação distrital do Ministério Nacional do Trabalho em Braga. As semelhanças entre os três inquéritos suscitam a hipótese de que foram compilados em resposta a uma solicitação do governo, embora não encontrássemos nenhum inquérito parecido nos casos das restantes 29 fábricas cujos registos consultámos. De qualquer forma, as instruções do governo não parecem ter sido muito precisas, pois os três inquéritos são semelhantes sem serem idênticos. No entanto, é pos-

^{N.T.} (nota do tradutor) — os referidos quadros de pessoal integrados nos inquéritos analisados são denominados no original inglês ora como *rosters*, ora como *lists*.

sível agregar as informações contidas nos inquéritos atingindo conclusões respeitantes às estruturas familiares dos trabalhadores rurais na indústria têxtil nesta zona do Norte de Portugal em meados dos anos 30.

Ao longo do percurso do regime corporativista, o governo baseava os direitos dos trabalhadores ao emprego — tal como as ordens de encerramento de fábricas, pelas suas flagrantes violações das leis sobre impostos ou trabalho — nas “situações familiares” dos operários. Ou seja, os trabalhadores que constituíam o único suporte das suas famílias recebiam prioridade sobre outros que, ao contrário, apenas procuravam incrementar os rendimentos familiares do chefe; as fábricas que contavam com muitas famílias dependentes recebiam suportes maiores das que empregavam trabalhadores provindos de famílias com empregos diversos. Parece provável que as três listas tenham sido elaboradas em resposta a uma solicitação de informação-base deste tipo da parte do governo, talvez no intuito de preparar o esboço duma política geral de emprego para a região ou para a indústria têxtil em geral. Muitos industriais, por exemplo, afirmaram que não podiam dispor de fundos suficientes para pagar o novo salário mínimo diário instituído em meados da década de 30, e que teriam de encerrar as suas fábricas caso fossem obrigados a cumprir a lei. O governo podia ter pretendido obter informações sobre as “situações familiares” dos trabalhadores em tais fábricas com o fim de determinar se os encerramentos ameaçados tenderiam a causar privação económica e — sendo esta provavelmente uma maior preocupação para o novo regime — agitação política grave.

Para cada um dos 600 trabalhadores enumerados, os inquéritos normalmente incluía pormenores sobre idades, ocupações e endereços. Além disso, cada fábrica fornecia alguns dados sobre a família do trabalhador: o número de dependentes dos trabalhadores e as suas relações de parentesco com o operário. Em contraste com as cifras do recenseamento oficial, particularmente sob o corporativismo pleno em 1940, estas descrições de famílias não indicaram um indivíduo como “chefe-de-família”: todos os trabalhadores da fábrica foram listados, juntamente com os dependentes dele ou dela e os outros trabalhadores da família. Para além disso, a informação sobre as estruturas de parentesco entre os co-residentes do grupo doméstico simplesmente não existia em nenhum dos resultados publicados que se baseavam no recenseamento. Desta maneira, os inquéritos prometeram fornecer uma confirmação independente — ou uma refutação — das imagens apresentadas no Censo³.

³ Os dados sobre a estrutura dos grupos domésticos contidos nestes inquéritos têm limitações que importa especificar com algum pormenor. Apenas um inquérito — de 380 trabalhadores numa só fábrica — fornece informação aparentemente completa sobre os dependentes e trabalhadores adicionais para cada operário enumerado. Os dois outros inquéritos não incluem nenhum dependente ou

Em primeiro lugar, os inquéritos simplesmente não confirmam a noção de que a indústria têxtil rural no Norte de Portugal empregava predominantemente camponeses-operários ou que providenciava uma receita suplementar em dinheiro líquido para as famílias que dependiam principalmente de outras fontes de rendimento. Do total de 1148 operários mencionados, todos menos 109 trabalhavam numa fábrica têxtil (ver Quadro 2), sendo a construção civil a ocupação não fabril que absorvia a maior parte destes 109 trolhas, carpinteiros e pedreiros. Poucos destes operários tinham postos nas fábricas, apesar do seu trabalho ser sazonal e implicar períodos anuais de desemprego. Os trabalhadores do sector têxtil eram mais propensos a garantir um rendimento contínuo nas suas famílias do que mesmo os artesãos mais qualificados no comércio dos ofícios de construção dos anos 30. Assim, também estas famílias teriam enfrentado uma privação dramática ao perder — mesmo que só temporariamente — um emprego fabril. Apenas 31 operários do total tinham ocupações que podiam ser identificadas como agrícolas conforme os rótulos (*criado de lavoura* ou *jornaleiro*). Mesmo alguns destes jornaleiros foram listados como tendo emprego numa fábrica têxtil, tendo sido provavelmente vinculados às explorações agrícolas do proprietário da fábrica, nomeadamente as suas vinhas⁴.

As listas retratam os operários no sector têxtil do Vale do Ave em meados dos anos 30 como um proletariado industrial, dependente no rendimento salarial do trabalho fabril. Além disso, as famílias dependiam duma só indústria e, em

auxiliar para a maior parte dos operários mencionados. Tenho geralmente excluído estas supostas “famílias de uma pessoa isolada” dos cálculos da dimensão familiar. As listas não fornecem os nomes completos dos trabalhadores adicionais em cada família, o que talvez tivesse permitido uma verdadeira reconstituição de famílias. Foi possível eliminar listagens repetidas de algumas 30 famílias, identificando como trabalhador principal alguém que já fora listado como trabalhador adicional noutra parte do inquérito. No entanto, a esmagadora maioria destas famílias possuíam apenas dois trabalhadores: esposa e marido (deixando no inquérito espaço para o nome completo do trabalhador adicional). Eliminar estas listagens repetidas iria inclinar a amostragem fortemente contra este desvio específico do modelo patriarcal de Salazar, deixando incluídas muitas famílias com mais de dois trabalhadores, listadas tantas vezes quantas houvesse trabalhadores das respectivas famílias naquela fábrica. As distribuições seguintes baseiam-se, por conseguinte, na série completa de 605 entradas, ou, onde fosse assinalado, nas 437 entradas que não aparecem como famílias de uma só pessoa. Ambos os conjuntos incluem as listagens múltiplas determináveis e indetermináveis.

⁴ No total de mais de 1100 operários nestas listas, nem sequer um deles fora registado como *agricultor* ou *caseiro*. É possível que alguns dos operários trabalhassem nos campos após os seus turnos na fábrica ou aos domingos, particularmente durante a vindima. Indubitavelmente, alguns arrendavam e cultivavam alguns terrenos. Nos meados da década de 30, era suposto as fábricas seguirem um horário de oito horas diárias seis dias por semana, com a maior parte dos turnos cobrindo as principais horas de dia, embora com violações frequentes dos horários máximos diários e semanais, e numerosas excepções para horas extraordinárias. Estes arranjos deixavam muito pouco tempo para os operários têxteis se dedicarem à agricultura. Em contraste, os três horários que prevaleceram nos anos 70 e 80 obrigaram os trabalhadores a estarem nas fábricas apenas das 06:00 às 14:00, das 14:00 às 22:00 ou das 22:00 às 06:00 horas cada dia.

muitos casos, mesmo até duma só fábrica, para virtualmente o total dos seus rendimentos. Mesmo admitindo que consideravam a ideologia política de Salazar minimamente verosímil, é difícil imaginar que tal se devesse à correspondência entre a ideologia e a realidade de suas vidas.

A média de 4,4 membros por família nestes inquéritos coincide com o tamanho médio de fogo referido para o Vale do Ave no recenseamento de 1930, e situa-se a meia distância entre as médias de 4,2 coligida do Censo de 1930 e de 4,6 calculada para 1940 a partir dos três inquéritos de fábrica (contando 20 freguesias aí citadas como locais de residência dos respectivos operários)⁵. Certamente, estas cifras sugerem que as famílias de classe operária no Vale do Ave não eram senão nucleares, na medida em que o termo se refere à dimensão absoluta de família. Mas poucas se conformavam ao ideal corporativista de um só chefe-de-família masculino suportando uma esposa e filhos dependentes, justamente porque em cada família dois membros estavam a trabalhar fora do lar (uma média de 2,2 operários por fogo).

Relativamente à sua composição, igualmente, muitos destes grupos domésticos afastavam-se das famílias nucleares dirigidas por um chefe masculino idealizadas nos livros escolares do Estado Novo⁶. De um total de 437 trabalhadores com dependentes, 212 contavam com um pai ou mãe dependente, um padrasto ou madrasta, ou um sogro ou sogra; 204 sustentavam um filho dependente; 90 tinham a seu cargo um irmão ou irmã; apenas 45 mantinham um cônjuge dependente. Em ordem decrescente de frequência, poucos dos operários sustentavam um sobrinho ou sobrinha dependente (23 casos) ou um avô ou avó (17), e menos dispostos a manter um tio ou tia (9) ou um cônjuge de um irmão ou irmã (2). Assim, os operários provavelmente sustentavam os seus filhos, mas estes

⁵ Tomando todos os dados nos inquéritos em conjunto, a dimensão média da família era de 3,5 membros, dos quais por média 1,6 estavam a trabalhar. No entanto, os dados subestimam a dimensão média dos fogos e o número de membros assalariados em cada fogo. Os 168 operários principais listados sem dependentes nem trabalhadores adicionais nas suas famílias provavelmente reflectiam a natureza incompleta do inquérito em vez do número real de indivíduos residindo em fogos de uma só pessoa. Ver a secção seguinte deste artigo para uma discussão da média mais elevada de 4,8 reportada para o conjunto do Vale do Ave no Censo de 1940.

⁶ As relações de parentesco mencionadas nos inquéritos reportam-se ao trabalhador referido (não ao “chefe-de-família” formal). Desta forma, o mesmo dependente ou trabalhador podia ter sido registado como “filho/filha” se o trabalhador listado primeiro fosse o seu pai, ou, alternativamente, como “irmão/irmã” se o trabalhador listado primeiro fosse o seu irmão ou irmã. Nas listas, como nos usos do quotidiano, os termos de parentesco eram relativos: em vez de indicar estatutos fixos — determinados para todos os membros da família por referência a um único chefe-de-família —, definiam os elos entre o operário (ou operária) principal e cada dependente listado à sua frente em cada caso. Embora tal facto tornasse praticamente impossível a “reconstrução” de famílias inteiras a partir da lista, também elimina uma inclinação (*bias*) patriarcal, inclinação essa presente na maior parte dos estudos de reconstrução de famílias dependentes em listagens referentes — quase inevitavelmente — a chefes-de-família masculinos.

eram tão, senão até mais, propensos a ajudar a suportar os seus próprios pais ou sogros.

Poucos sustentavam as suas famílias sozinhos. A pessoa mais apta a contribuir com rendimentos adicionais era o cônjuge do trabalhador listado (173 casos), seguido pelos irmãos deste (170), os pais, padrastos/madrastas ou sogros deste (105) e os filhos dele (75). Em apenas cinco casos se verificou ajuda às famílias destes operários da parte de tias, tios ou cunhados.

Calcular a distribuição dos dependentes por sexo torna-se complicado devido à listagem de grupos de filhos ou irmãos sob o termo genérico (masculino) de parentesco (ver Quadro 3). Dos 946 dependentes enumerados, 309 eram identificáveis como mulheres, 86 como homens, sendo 551 referidos nestes conjuntos de indivíduos de sexo indeterminado (ou, em certos casos, de identificação masculina ou feminina impossibilitada pela letra do compilador). Os filhos constituíam o maior grupo de dependentes, seguido pelos irmãos, os pais e os cônjuges (embora, como se referia na nota 5, houvesse alguma sobreposição entre estes grupos). De entre os dependentes que se podiam identificar por sexo, o maior grupo era o das mães, madrastas e sogras, seguido pelo das irmãs e cunhadas, esposas, pais, filhos, filhas, sobrinhos, avôs, tias, irmãos ou cunhados, avós, maridos e sobrinhos.

Apesar destas provas de que as mulheres constituíam um sector menos privilegiado da mão-de-obra, os dados extraídos dos inquéritos sugerem que as mulheres não eram, afinal, menos propensas do que os homens a trabalhar por um salário. As esposas eram mais dispostas a serem dependentes do que os maridos: por exemplo, havia 41 esposas dependentes mas somente quatro maridos numa população conjunta (trabalhadores e dependentes) de 893 pessoas identificáveis como mulheres e 645 como homens. Porém, era mais provável que as esposas trabalhassem do que permanecessem inactivas (236 estavam empregadas, em comparação com as 41 que eram dependentes). Igualmente, as mães dependentes excederam em número os pais dependentes na proporção de 5 a 1, mas o número de pais a ajudar os seus filhos a sustentar uma família excedeu em número as mães nesse papel apenas na razão de 2 a 1. Ao todo, 583 mulheres (incluindo trabalhadoras listadas e adicionais) estavam a trabalhar, enquanto que os homens empregados perfaziam 560. As mulheres eram aparentemente a grande maioria de dependentes nestas famílias, mas também constituíam uma maioria dos trabalhadores.

As mulheres constituíam 55% do milhar de operários têxteis listados, mas apenas 6% dos 109 operários não inseridos no sector têxtil (ver Quadro 2). Mesmo aquelas famílias mencionadas como tendo pelo menos um membro a trabalhar na agricultura, tendiam a colocar os seus membros femininos nas fábricas em vez de nos campos (somente dois dos 29 jornaleiros listados eram mulheres). Nas

fábricas, as mulheres estavam virtualmente excluídas dos postos melhor remunerados. Dos 44 mestres, encarregados, electricistas, afinadores e debixadores, nenhum era mulher. As mulheres perfaziam 67% das oito centenas de trabalhadores não-dirigentes nas fiações e tecelagens. As diferenças entre a primeira e segunda série de postos não se reduzem exclusivamente às de salário ou estatuto social, mas ligavam-se também à segurança económica: os electricistas, afinadores, etc. Eram pagos normalmente semanal ou mensalmente, e continuavam a trabalhar mesmo durante períodos de inatividade. Fiandeiras e tecelões, no entanto, eram pagos à peça (apesar do Estado Novo exigir que estes últimos se arredondassem pelo menos ao salário mínimo diário oficialmente estipulado), e eram frequentemente despedidos nos períodos de menor procura.

Mas os dados sugerem que a participação das mulheres no mercado de trabalho pago não era mais esporádica do que a dos homens (ver Quadro 4). As distribuições das idades dos dois sexos nesta forma de trabalho eram quase paralelas, mesmo nos anos principais dos nascimentos de filhos no caso das mulheres: 64% das operárias e 56% dos operários tinham idades entre 20 e 39 anos⁷. Eram por média mais jovens que a população do Vale do Ave no seu todo, mas esta diferença não era drástica: não sugeria que os pais tendiam a mandar os filhos solteiros trabalhar nas fábricas enquanto eles próprios continuavam como agricultores ou noutras ocupações. Nem se tratava de diferenças significativas por sexo: por exemplo, os dados não indicam que as mulheres nas fábricas eram jovens filhas residindo no lar paterno, enquanto que os operários eram chefes-de-família. Em geral, as distribuições dos trabalhadores das fábricas por idade e sexo eram representativas das da população geral em idade de trabalhar.

A distribuição de estado civil entre os operários confirmou a impressão de que não se tratava de um sub-conjunto peculiar da população geral. As mulheres casadas eram algo menos propensas a trabalhar nas três fábricas representadas nestes inquéritos do que os homens casados, mas a diferença não era suficientemente grande para sugerir que o casamento e o trabalho assalariado fossem frequentemente antitéticos para as mulheres. Dos operários, 54% estavam casados; das operárias, 47%. Estas percentagens eram praticamente idênticas às proporções de cada sexo que estavam casados dentro da população global em

⁷ Nas listas das fábricas, 40% das mulheres e 37% dos homens tinham idades entre 20 e 29 anos, 24% das mulheres e 19% dos homens entre 30 e 39, e 9% dos homens e 8% das mulheres entre 40 e 49. Conforme o Censo de 1930, da população total com idades superiores a 14, 26% das mulheres e 27% dos homens tinham idades entre 20 e 29 anos, 18% das mulheres e 17% dos homens entre 30 e 39, e 16% das mulheres e 16% dos homens entre 40 e 49. O Censo de 1940 não comporta informação tão pormenorizada sobre as idades, mas sugere basicamente a mesma estrutura de pirâmide etária: da população com idades superiores a 10 anos, 34% das mulheres e 37% dos homens tinham idades inferiores a 24, e 29% das mulheres e 28% dos homens tinham idades entre 25 e 40 anos.

idade de trabalhar⁸. Por conseguinte, a rapidez com que as operárias casavam parecia acompanhar nitidamente o ritmo com que a totalidade das mulheres casava; trabalhar nas fábricas nem encorajava as mulheres a casarem, nem as penalizava por o fazerem.

Finalmente, as operárias no sector têxtil trabalhavam tão continuamente como os seus pares masculinos, frequentemente prolongando as suas carreiras para além das destes. Quase 9% das mulheres nas três fábricas não tinham trabalhado sistematicamente (ora por opção, ora devido a despedimentos), em comparação com cerca de 3% dos homens; mas um total de 339 mulheres tinham trabalhado continuamente, face a 194 homens. O número de homens e mulheres que tinha estado a trabalhar nas fábricas por menos de um ano era praticamente equivalente, mas o ratio de mulheres e de homens cresceu consistentemente consoante a subida do número de anos a trabalhar. Das mulheres, 28% tinham estado a trabalhar por mais de dez anos na indústria têxtil, por exemplo, comparado com 23% dos homens.

Em suma, a estrutura da classe trabalhadora e das famílias da classe operária representadas nos referidos inquéritos contrasta de forma drástica com o ideal fomentado por Salazar e pela burocracia corporativista, onde as mulheres deviam trabalhar fora de casa apenas em circunstâncias extraordinárias; essa estrutura parece no entanto ser representativa da população activa do Vale do Ave em geral. Como os dados dos recenseamentos, os dos inquéritos não nos fornecem pistas sobre as preferências das próprias mulheres, no sentido destas — ou até os seus maridos e pais — terem pretendido que as suas experiências se conformassem ao ideal corporativista. A alta proporção das mulheres casadas e a longevidade das operárias na indústria têxtil reflectiam indubitavelmente o leque mais estreito de empregos aberto às mulheres do que aos homens: se a distribuição por anos a trabalhar reflectir ciclos de vida, os homens tendiam a sair das fábricas para outros tipos de emprego, ao passo que as mulheres tendiam a permanecer operárias têxteis ao longo das suas vidas. Porém, parece evidente que as imagens promovidas pelo Estado — da figura do chefe-de-família masculino e da esposa/mãe doméstica — não correspondiam à experiência quotidiana dos operários têxteis, ou provavelmente da maior parte dos outros operários no Vale do Ave, na década de 30.

⁸ No Vale do Ave, o Censo de 1930 reporta que 47% das mulheres e 55% dos homens com idades superiores a 14 anos estavam casados. No Censo de 1940, os grupos de idade não estavam discriminados de forma tão detalhada, embora referisse que 45% das mulheres e 50% dos homens com idades superiores a 10 estavam casados. Os programas estatais que desencorajavam o emprego de mulheres casadas, sem dúvida, reduziam a proporção relativa de mulheres casadas nas fábricas em décadas subsequentes.

OS DADOS ESTRUTURAIS PARA OS ANOS 40

Este recenseamento foi o primeiro elaborado sob o estado corporativista pleno. Conforme os dados nele contidos, o Vale do Ave correspondia mais à imagem do Salazar dum Portugal agrícola e patriarcal em 1940 do que em 1930. Aparentemente, em 1940 havia uma proporção maior de pessoas empregadas na agricultura do que em 1930, e as mulheres eram mais propensas a depender dos homens para a sua sobrevivência económica.

Mas o elo entre a ideologia corporativista e a estrutura social da região não precedeu — antes se seguiu — a despedimentos massivos de operárias, instigados especificamente pela política do governo e, geralmente, pela depressão mundial nos mercados têxteis. As diferenças entre o Vale do Ave em 1930 e 1940 parecem assim ter sido, mais provavelmente, efeitos directos desta política e não dos “de-sejos do povo” nesta zona. Além disso, grande parte desta aparente mudança deveu-se ao uso de novas categorias de recenseamento da população. O novo sistema não fez qualquer esforço no sentido de dissimular a sua suposição corporativista da incompatibilidade entre o trabalho feminino assalariado, e o papel do chefe-de-família masculino, constituindo a fonte de sustento económico e de identidade social para a família inteira. Os princípios corporativistas que permeavam estas estatísticas de 1940 tornam-se muito visíveis face aos contrastes entre, por um lado, os dados de 1940 e, por outro, os que surgem do Censo de 1930 e os inquéritos de fábricas de meados dos anos 30.

O recenseamento de 1940 não fornece uma divisão da população activa por “situação profissional” fora da agricultura. Incluía, sim, um novo conjunto de categorias focando os “meios de subsistência” da população (ver Quadro 7). Os dez meios possíveis foram listados na seguinte ordem: (1) o chefe-de-família, significando que o indivíduo era dependente dentro do grupo doméstico; (2) outros, implicando que a pessoa dependia de alguém não classificado como o chefe da sua própria família; (3) a caridade, subdividida em caridade institucional e a mendicidade pública; (4) pensões de reforma; (5) meios independentes, indicando que a pessoa vivia de rendimentos providos de propriedades ou investimentos; e, finalmente, (6) trabalho. Esta última categoria aglomerava todos os assalariados, trabalhadores independentes e patrões. Em consequência, o recenseamento agrupou todas as “pessoas trabalhadoras” num único conjunto, independentemente da sua classe social. Em função desta definição, cerca de um terço da população total do Vale do Ave estava “a trabalhar”.

Em contraste com a escassez de pormenores sobre a estrutura da população economicamente activa fora da agricultura, e com nítida aderência ao familismo corporativista, o recenseamento de 1940 oferece uma grande quantidade de informação sobre a estrutura da dependência económica no interior das famílias. Uma

boa parte das tabelas do Censo de 1940 não listava os dependentes pelo seu próprio sexo, mas antes conforme o sexo dos respectivos chefes-de-família. Tal tratamento salientou que os chefes-de-família de casas de agricultores sustentavam mais pessoas dependentes, e que na agricultura os chefes-de-família masculinos mantinham mais do dobro dos dependentes (por média 3,8) em comparação com chefes-de-família femininos (por média 1,6) no Vale do Ave⁹. Em parte como resultado de despedimentos na indústria têxtil, por ordem do governo dirigidos inteiramente às mulheres, houve um acréscimo dramático na dimensão média de todas as famílias durante a década de 30, desde o valor de 4,4 de 1930 até 4,8 em 1940. A média de 1,6 a 2,2 dependentes nas famílias incluídas nos inquéritos de fábricas de 1930 cresceu igualmente para a média de 3,6 dependentes por casa de agricultores em 1940. Numa sociedade que se confrontava com falta de emprego, estas estatísticas sugeriam que a agricultura constituía uma melhor rede protectora do que a indústria, e que as casas chefiadas por homens podiam absorver mais dependentes que aquelas dirigidas por mulheres.

Além do Censo-dentro-do-Censo da população agrícola, o Censo de 1940 incluía uma série de tabelas muito específicas em torno do estatuto das mulheres dentro das suas famílias. Numa delas, as mulheres foram classificadas por três critérios simultaneamente: a sua idade; o número de anos casados (aglomerando numa só categoria todas as solteiras); e o número de filhos, por incrementos curtos de um a três filhos adicionais, até 17 ou mais. Neste esquema, ocuparam tanto espaço as 6% de “mulheres casadas com filhos” que tinham mais de dez filhos como as 78% da mesma categoria que tinham menos de sete. As categorias distintas para elevados números de filhos não tinham utilidade estatística, mas conferiram um reconhecimento político acrescido a famílias numerosas.

Uma tabela especial sobre o número de membros constituindo os grupos domésticos fornece detalhes igualmente estatisticamente gratuitos mas politicamente significativos. Enquanto que o Censo de 1930 simplesmente relatou o total da população residente e o número total de famílias em cada freguesia e concelho, no de 1940 distribuíam-se os fogos em 20 categorias, estas aumentando sucessivamente por cada membro adicional na casa, desde famílias de uma só pessoa até às de 20 ou mais membros. Dos fogos, 76% tinham menos de seis membros, mas na tabela estas famílias ocuparam o mesmo espaço que o menos de 0,3% de famílias com mais de 15 membros.

Outras alterações foram introduzidas no Censo de 1940 em relação ao de 1930 no que respeita ao contributo da mulher na economia. A maior parte das

⁹ As cifras do recenseamento demonstram que das *peças de família* economicamente activas no Vale do Ave em 1940 mais de 60% eram homens, em 1950 e 1960 cerca de 80% eram homens, ao passo que em 1930 mais de 97% eram mulheres.

tabelas económicas, por exemplo, apenas fornecem as cifras para o total dos dois sexos e para os homens: quem se interessa pela contagem específica relativamente às mulheres em cada categoria teria de calculá-la subtraindo o número de homens de cada total. Na agricultura, a categoria de “auxiliando o chefe”, que em 1930 reconheceu o contributo principalmente das mulheres, incluía predominantemente homens. As mulheres que eram “membros de famílias” economicamente activos em 1930 ficaram simplesmente reclassificadas como dependentes economicamente inactivas em 1940. O Censo demonstra que aproximadamente metade de todos os homens trabalhava no Vale do Ave, mas que cerca de 4/5 de todas as mulheres estavam dependentes dos chefes-de-família. Além disso, as mulheres excederam em número os homens na categoria de “dependentes da caridade”, mas os homens excederam largamente as mulheres de entre aqueles que auferiam pensões de reforma. Apesar da importância das mulheres como assalariadas no Censo de 1930, o de 1940 retratou-as como carenciando qualquer fonte de sustento económico no exterior da família ou da caridade pública.

É difícil medir, baseando-se estritamente nas estatísticas de 1940, até que ponto os próprios trabalhadores no Vale do Ave se dirigiram à agricultura e à família patriarcal como primeiras opções económicas, ou em que medida o fizeram como resposta aos programas estatais ou por falta de outras alternativas. As estatísticas especializadas que o Estado Novo começou a publicar em 1943, no entanto, indicam que as mulheres ainda compunham mais de metade dos trabalhadores têxteis na região ao longo da década de 40. Por mais que o desemprego agrícola e os fogos com chefes-de-família masculinos tivessem absorvido o trabalho assalariado das mulheres nos anos 30, a evidência estatística e histórica para as décadas de 50, 60 e 70 sugere que as mulheres da região procuravam trabalho assalariado sempre que possível. Em geral, qualquer correspondência entre as estruturas de dependência económica no Vale do Ave e a ideologia corporativista parece ser devida à pressão económica momentânea, propulsionada em certa medida pelos próprios programas sociais do governo que desencorajavam o trabalho feminino assalariado, e também pelos princípios corporativistas inerentes às novas categorias do recenseamento, em vez de a qualquer consenso moral profundo entre o Estado Novo familista e a classe operária local.

OS DADOS ESTRUTURAIS PARA OS ANOS 50

Sendo o segundo recenseamento realizado inteiramente pelo Estado Novo, o Censo de 1950 ainda conferiu tratamento especial à população agrícola, focando com particular atenção a família como unidade social. Em contraste com o Censo de 1940, todavia, o de 1950 continha provas relativamente directas da apreensão

do regime corporativista face à industrialização e de que a sua oposição ao trabalho da mulher fora da casa não tinha determinado fundamentalmente o rumo da mudança económica e social no Vale do Ave. O Censo conferiu importância acrescida à indústria têxtil, que empregava uma proporção maior da população (36%) do que a agricultura (33%) no Vale do Ave em 1950 (ver Quadro 1). Reconheceu explicitamente, também, as mulheres como 52% da força de trabalho no sector têxtil¹⁰. Estas cifras sugerem que a expansão industrial durante o período de guerra tinha conduzido não só os homens como também as mulheres para as fábricas, apesar da desaprovação oficial do trabalho feminino exterior ao lar.

Até certo ponto, as estatísticas de 1950 sobre o estatuto económico no Vale do Ave suportavam a ênfase agrária e patriarcal na ideologia corporativista e prolongavam essa ênfase já visível no Censo de 1940. Tal como as estatísticas de 1940, as de 1950 mostram o total dos chefes-de-família mantendo mais dependentes do que os chefes femininos, e os chefes-de-família com profissão agrícola sustentando mais dependentes do que os chefes-de-família em geral (Quadro 6). A diferença verificável entre as famílias dedicadas à agricultura e as famílias em geral era menos pronunciada em 1950, no entanto, talvez porque a prosperidade económica em tempo de guerra tenha transferido dependentes das suas casas agrícolas para trabalho industrial. As cifras respeitantes a “meios de subsistência” em 1940 demonstram que cerca de um terço da totalidade da população e um quinto de todas as mulheres, se sustentavam sozinhos através do seu próprio labor (Quadro 5). Em 1950, estas duas proporções aumentaram até, respectivamente, cerca de dois terços e um terço. Apesar das mulheres parecerem ainda depender da família para o sustento económico muito mais do que os homens, a importância crescente da indústria têxtil fez com que fosse mais — não menos — provável que elas se pudessem sustentar a si próprias e às suas famílias independentemente, através do trabalho assalariado fora do lar. O verdadeiro significado desta alternativa à dependência familiar variava consoante a actuação do governo, por um lado, permitindo o aumento do número de operários ou, por outro, diminuindo esse número. Porém, as mulheres obviamente aproveitaram a escassez conjuntural de trabalho no período de guerra para obter empregos nas fábricas, sugerindo que elas e as suas famílias não concordavam definitivamente com a afirmação do governo de que as mulheres tinham uma obrigação moral de permanecerem dentro de casa. Como resultado da actual dependência económica das famílias, as mu-

¹⁰ No Vale do Ave, as mulheres perfaziam apenas 4% dos *empregados e mestres* em postos de direcção na indústria têxtil em 1890, e nunca mais que 1% dos trabalhadores neste nível após 1917. Enquanto a agricultura se tornava (aparentemente) uma ocupação menos desejada na região, a participação das mulheres nas posições de posse ou direcção nesse sector aumentou ligeiramente: as mulheres constituíam apenas 7% dos *patrões e isolados* no Vale do Ave em 1940, mas perfaziam 10% destas categorias em 1950.

danças económicas estavam manifestamente a minar a ideologia do familismo corporativista no Vale do Ave.

OS DADOS ESTRUTURAIS PARA AS DÉCADAS DE 60 E 70

O Censo de 1960 confirmou as tendências sugeridas pelo de 1950, com algumas exceções. Como profissão em 1960, a agricultura absorvia uma proporção menor que nunca da população activa, apenas um quinto (Quadro 1), enquanto que a porção absorvida pela indústria têxtil cresceu ligeiramente até 38%. Os trabalhadores assalariados ainda constituíam quase 2/3 do total da população activa, e as mulheres ainda eram uma parte significativa da mão-de-obra na indústria têxtil. Por outro lado, o Censo de 1960 retratou a estrutura familiar no Vale do Ave como tendo uma correspondência maior ao ideal corporativista do que em 1950, porque menos mulheres se sustentavam pelo seu próprio trabalho em 1960 e dependiam, mais ainda, dos chefes-de-família. Mas tais famílias pareciam vir a tornar-se mais patriarcais com alguma relutância, em vez de voluntariamente.

O Censo de 1960 demonstra com clareza que em 1950 as mulheres estavam mais dependentes das suas famílias e tinham acesso menos directo a salários, provavelmente como resultado de despedimentos mais tendencialmente femininos nos anos 50 (Quadro 5). De alguma maneira, o Censo parece ter conferido maior reconhecimento económico à mulher do que acontecia nos dois anteriores. As tabelas de 1960 não diferenciam os dependentes consoante o sexo dos seus respectivos chefes-de-família, assim evitando que as mulheres aparecessem de novo no Censo como chefes-de-família economicamente ineficientes. O Censo de 1960 também inclui uma nova tabela sobre a “população com ocupações”, categoria que parece ter constituído uma tentativa desajeitada de repor a forma de reconhecimento económico que tinham recebido as mulheres em 1930 como “auxiliando o chefe-de-família” não remuneradas, e que tinha sido retirada em 1940 e 1950. As mulheres perfaziam mais que 98% da “população com ocupações” no Vale do Ave, predominantemente no trabalho doméstico não remunerado e nos empregos de serviço doméstico de baixo rendimento. Através deste tipo de reclassificação, o Estado Novo tentou dignificar essencialmente os contributos económicos das mulheres no interior da família, sem lhes providenciar qualquer acesso independente a salários ou controlo sobre a propriedade. Parece muito pouco provável que as próprias mulheres, ou os seus maridos e pais, premiadas com a distinção dúbia pelo Censo de 1960 de terem uma “ocupação”, tivessem encontrado neste “prémio” compensação suficiente para os salários perdidos por causa dos despedimentos massivos e dos encerramentos numerosos de fábricas nos anos 50. Em 1972, as estruturas económicas e familiares do Vale do Ave já indiciavam

pouca semelhança com o ideal corporativista agrícola e patriarcal de tempos anteriores. A proporção da população economicamente activa da região que trabalhava na agricultura era inferior a 10%. Apesar da ênfase dada pelo Estado Novo ao papel moral das mulheres como donas de casa na década de 50, a escassez de trabalho masculino nos anos 60 parece ter reconduzido as mulheres novamente para as fábricas em proporções iguais às de períodos anteriores.

QUANDO OS OPERÁRIOS SE CONFORMAVAM À IDEOLOGIA CORPORATIVISTA

Os dados quantitativos dos Censos posteriores sugerem fortemente que as estruturas da economia e da vida familiar no Vale do Ave se aproximavam mais da ideologia do Estado Novo após 1940 do que antes daquela data. Essa aproximação podia ter exprimido — como afirmava Salazar — um consenso subjacente entre os operários e o Estado. Esta interpretação presume que uma norma patriarcal tinha prevalecido na região até que o capitalismo a quebrou, tendo a intervenção do Estado Novo simplesmente restaurado essa norma. Alternativamente, esta mudança nas estruturas familiares podia ter sido uma adaptação aos programas do novo regime, mantida em curso apenas enquanto o próprio regime pudesse recompensar essa adaptação e punir qualquer resistência com eficácia. A constatação de que os programas do regime eram consistentes, mas que as estruturas familiares variavam conforme o estado da economia, sustenta a última interpretação, como o fazem também os dados extraídos dos arquivos regionais do Ministério do Trabalho corporativista (Ministério das Corporações) no Vale do Ave.

Os trabalhadores adoptaram prontamente a retórica patriarcal do Estado quando se dirigiam ao governo durante períodos de falta de trabalho pago. Tinham poucas alternativas. Por maiores que fossem as suas razões potenciais para criticar o governo, podiam apenas exprimir esse ressentimento abertamente arriscando os seus próprios empregos. Em vários casos, trabalhadores masculinos pareciam aceitar entusiasticamente o princípio estatal de que as mulheres fossem uma categoria de trabalhador separada e inferior. Numa greve de 1936, por exemplo, as mulheres “disseram que não saíam, e o gerente mandou então chamar alguns homens doutras secções, e que não aderirem à greve e ordenou-lhes que puzessem na rua todas as mulheres que não quizessem trabalhar” (CONF 67:1936). Esta estratégia quebrou a greve. Noutra greve no mesmo ano, um operário entrevistado pela polícia negou que uma das grevistas — uma mulher solteira — tivesse tido qualquer motivação legítima de fazer greve: “O declarante sabe por conhecimento pessoal que essa operária é solteira não tendo pessoas de família a

sustentar e que o que ganha deve ser o suficiente para se sustentar dentro da sua forma de viver desde que tenha uma vida regrada pois do contrário não há dinheiro que chegue para ninguém” (CONF 16:1936). A referência deste operário a “uma vida regrada” ajustou-se intimamente às noções de Salazar de que os trabalhadores deveriam auferir o que *necessitavam*, determinado pelos critérios paternalistas do governo ou dos seus patrões, em vez do que *desejavam* ou poderiam obter através dos contratos colectivos.

Em 1939, outro grupo de trabalhadores aproveitou o familismo do Estado numa tentativa de recuperar os seus próprios empregos. Escreveram ao delegado do Ministério das Corporações em Braga, censurando os seus co-trabalhadores por terem permanecido no emprego mesmo quando tinham mais de um ganha-pão dentro da família: “são todos indigentes, também trazem algumas famílias a trabalhar duas e trez pessoas de cada casa, o que deve ser proibido neste mistre” (MTB 1:1939). Estes trabalhadores não sugeriram explicitamente, no entanto, que devessem ser despedidas as mulheres em vez dos homens; antes se limitaram a recomendar apenas um emprego a tempo inteiro por família.

As cartas¹¹ mais deferenciais de operários ao governo, com os apelos mais directos à essa entidade como “figura de pai”, eram aquelas da autoria de trabalhadores individuais, frequentemente de mulheres. Quando em 1947, após a guerra, o desemprego começou a aumentar, uma mulher tratou o delegado do Ministério “como se fosse o meu pai” e citou os 50 anos de serviço constante do seu próprio pai numa fábrica têxtil específica como razão suficiente para oferecer um emprego ao seu filho:

“...mas eu tenho fé, insperança que V. E. me la impregue porque eu não incomudei mais ninguém por isso foi que me dirigi a V. E. porque eu intendi e intendo que o Sr. Doutor Delegado he homem para todo... por isso digo a V. E. para apertar com ele [o patrão] que eu sei a serteza e abeseluta que V. E. he atendida que o Sr. MR nao olha para as mizérias de ninguém nem para o meu pai que anda na quela caza á perto do 50 anos talvez seja ohomem mais antigo que ali anda naquela Fabrica, nao quer saver das necessidades de ninguém mas eu com isso não tenho nada, só tenho com V. E. que he como seja meu pai se não fosse como meu pai nao dirigia logo o pedido ao Sr. MR e por isso le pesso ao Sr. Doutor Delegado para não esquecer da minha necessidade que nao tenho outra pessoa de Curação tão forte como de V. E.” (MTB 5:1947)*.

¹¹ A ortografia patente nestas cartas de operárias é pouco ortodoxa, mas *não* deverá ser corrigida. Reproduzi fielmente estes “erros” nos meus apontamentos. As palavras e a gramática baseadas em formas locais de falar, em vez da linguagem escrita, constituem uma das provas mais importantes de que as cartas foram escritas pelos próprios trabalhadores.

* N.T. Face à impossibilidade de reproduzir com absoluta fieldade a ortografia original das citações de cartas feitas pela autora, e a pedido dela, limitámo-nos a actualizar os acentos. Desta forma, pelo menos preserva-se algo do estilo e sabor destes documentos de cunho pessoal.

Estas cartas tornaram-se mais frequentes nos anos 50. As mulheres em particular hesitavam mesmo em se queixar sobre o mau tratamento nas fábricas; reconheceram que, do ponto de vista do governo, de facto não tinham qualquer direito aos seus empregos em primeiro lugar. Em 1952, por exemplo, o sindicato têxtil adiantou que uma mulher que tinha sido despedida duma fábrica “se julga inocente das faltas que a firma lhe imputa, mas não quer fazer qualquer participação ao Tribunal afim de não prejudicar a sua admissão em qualquer outra firma” (MTB 14:1952). Num período de pleno desemprego, uma mulher em particular não tinha a possibilidade de defender os seus direitos legais mesmo quando os conhecia.

Em 1959 o sindicato têxtil contou o destino de uma trabalhadora nestas condições que, de facto, se atreveu a relatar uma violação das leis laborais aos inspectores de trabalho, quando a fábrica onde trabalhava não tinha pago o subsídio de maternidade às suas operárias. Foi transferida de um posto no rés-do-chão para um lugar externo, onde tinha que arrancar erva manualmente dos passeios frente à fábrica; mesmo assim, apenas lhe foi conferida a possibilidade de trabalhar três dias por semana.

“Durou esta situação bastante tempo, durante o qual à chuva, ao frio, ao sol, ou ao vento, a operária pacientemente foi suportando tudo. Depois, como não houvesse mais ervas para tirar, passaram a fazê-la estar sentada, sozinha, num quarto onde não tinha que fazer e se limitava a aguardar a chegada das horas de saída. Isto, na intenção de que a mesma se desgostasse e acabasse por se despedir. Até que, como ela não abandonasse o trabalho, acabaram por despedí-la” (CONF: 1959).

Nos anos 60, embora as mulheres tivessem sido readmitidas nas fábricas a ocuparem os lugares de homens que tinham sido destacados para o serviço militar ou que emigraram, elas ainda tinham de depender mais do que os homens do patrocínio do Estado. Por exemplo, em 1962 uma mulher pediu ao sindicato têxtil “caridade” para a sua família porque não assegurava um emprego nem — o que era mais significativo desde o ponto de visto do Estado — um marido:

“eu... cheguei ao conhecimento de que V. E. é na realidade uma Pessoa digna e conscienciosa eu pedia-lhe o favor e esmola de me canseder um pequeno Subsídio para me auxiliar e sustentar estas criancinhas que eu não trabalho e o meu marido não izisto cá no nosso Continente e não me manda dinheiro eu poço provar a V. E. e então eu fico esperando uma resposta agradável...” (STD: 1962).

Mesmo numa data tardia como 1969, outra mulher foi obrigada a pedir a protecção do sindicato face à compensação que um antigo patrão reclamava para

seu filho, que tinha aceite outro emprego com salário mais elevado. Como acontecia com todas as cartas deste género, a da mãe frisava as qualificações morais e a humildade do seu filho, em vez dos seus direitos legais. Neste caso, o filho merecia a comiserção do Estado porque tinha aceite o melhor emprego por causa da sua mãe e suas irmãs, não por egoísmo ou avareza, já tendo sido isento do serviço militar porque era chefe-de-família do seu fogo:

“Eu sou uma viúva pobre estou a viver com ganho do meu filho, trabalha para a Mãe E 2 ermãs menores... tirei o meu filho da tropa por ser ele o amparo da Mãe e 2 ermãs menores... somos pobres nao temos dinheiro para pagar a quantia do dinheiro que o A.A. pede, Exmo Senhor pesso muita desculpa das minhas palavras mas encontro-me muito projeticada com o A.A.... o A.A. não precisa da esmola de um operário pobre, eu Mãe já nem estava para me encomodar com esse dinheiro que me fas faltas mas A.A. é rico e também quer dinheiro de uma pobre, meu filho não tem dinheiro o pouco ou muito que ganha entrega a Mãe...” (STG 1969/#296).

QUANDO OS TRABALHADORES RESISTIAM À IDEOLOGIA CORPORATIVISTA

A falta de influência dos operários no mercado de trabalho reflectia-se na sua deferência, quer como resultado duma crise geral na indústria têxtil (para todos os trabalhadores), quer como fruto dos programas do governo que encorajavam o emprego de alguns operários e desencorajavam o de outros (particularmente as mulheres). Resistência directa ou desafios por parte dos trabalhadores reflectiam — como seria de prever — não apenas a sua irritação perante o desemprego ou o subemprego (ou carências de alimentos durante os anos 40), mas também o seu poder económico nos períodos em que a procura de têxteis excedia a oferta de trabalho nessa indústria. Distanciaram-se notavelmente do modelo patriarcal do governo das relações de trabalho nos mesmos períodos em que as suas famílias se distanciaram do modelo patriarcal do governo da estrutura familiar — quando tinham razões para criticar o governo e meios eficazes de o fazer.

Nos finais da década de 30, por exemplo, os trabalhadores por vezes rejeitaram a ideologia do governo por ser incompatível com a solidariedade de classe que atravessava as divisões por sexo e género. Numa greve em 1936, o delegado do Ministério das Corporações mandou a polícia expulsar os grevistas pela força e encerrar a fábrica até que tivessem concordado em trabalhar com dois teares em vez de um. Como foi o caso em muitas outras pequenas fábricas sem turnos, nesta também a maior parte dos tecelões eram aparentemente mulheres. É interessante notar-se que a divisão sexual do trabalho neste caso tinha um efeito contrário ao efeito provocado pela greve de 1936 quebrado pelos operários que expulsaram as

operárias para a rua: neste caso, o delegado informou que a maioria das mulheres grevistas era das mesmas famílias que os homens grevistas, todas elas apoiando as reivindicações daqueles. Um afinador mais tarde escreveu ao Ministério das Corporações em Lisboa, queixando-se que “Nós os homens como não era nada conosco também fomos castigados sem o trabalho, e foi essa a origem que nos levou a formar uma comissão composta com 5 homens, e ir entendermos com o Senhor Delegado e o Comandante da Política e rebertura do trabalho”. O delegado local do Ministério tinha-lhes prometido que iria reabrir a fábrica se os operários identificassem as grevistas: “que tomasse um apontamento daquelas operárias que foram as promotoras da alteração, que elas eram corrigidas e nos retomávamos o trabalho. Mas eu como não tinha conhecimento algum neguei-me para fazer isso. Por que não queria condenar ninguém injustamente” (MTB 5:1938). Este operário, pelo menos, parecia culpar o Estado e o patrão pelo seu desemprego, afirmando que este último o tinha castigado injustamente; não culpabilizou as mulheres cuja greve tinha provocado esse castigo.

Do mesmo modo, as próprias operárias não aceitaram docilmente a afirmação do governo de que precisavam menos do que os homens dos seus empregos. Uma das trabalhadoras que perdeu o seu emprego no despedimento massivo de 1939 descrito anteriormente queixou-se pessoalmente ao delegado do Ministério de Trabalho. Aceitou o princípio corporativista de que o direito ao trabalho deveria depender das responsabilidades familiares, mas afirmou que as mulheres, tal como os homens, tinham tais responsabilidades. O delegado relatou a irritação da operária em ter sido despedida:

“não por faltas nem por ser fraca operária ou dos seus serviços obter más notas, mas simplesmente e sob o pretexto de que tinha lá seu marido a trabalhar, iso é, ser casada com o marido lá a trabalhar, quando é certo que outras operárias também umas sete ou oito lá se encontram, precisamente nas mesmas condições que a suplente, no mesmo estabelecimento a trabalhar, com a agravante que algumas têm alguns meios, como casa de aluguer ou portanto com casa sua, comquando a suplente é extremamente pobre, vive exclusivamente do ordenado do seu marido e ainda desse pequeno rendimento socorre seus sogros pães do seu marido, o que faz por humanidade e não ter filhos, razão porque vive aflitivamente... Como a suplente foi sempre boa e honesta operária e não compreende esta atitude que os seus patrões tomaram, despedindo-a do serviço” (MTB 1:1939).

Sendo uma “boa e honesta operária” não se conferia a uma mulher casada qualquer recurso, no entanto, e a esta concretamente, não foi repostado o seu emprego. O delegado explicou-lhe simplesmente que tinha sido despedida “visto ser orientação social deste momento fazer a mulher casada regressar ao lar para tratar de serviços domésticos e familiares” (MTB 1:1939).

Até certo ponto, o próprio Estado abandonou qualquer tentativa de controlar

o crescimento da indústria ou do emprego das mulheres durante a Segunda Guerra Mundial. Nos anos 40, o próprio sindicato admitiu que pouco podia fazer no sentido de proteger os operários das flutuações do mercado de trabalho, quer restringindo a contratação durante períodos de expansão do mercado, quer impedindo os despedimentos durante épocas de contracção: “a indisciplina de produção provocaria num prazo mais ou menos curto a saturação dos mercados, de que resultaria a crise de trabalho, contra a qual o operário não tem o mais ligeiro anteparo a defendê-lo... Quando não convenha ao patrão a laboração do turno para que foram admitidos, serão despedidos sem que se cure de saber da fome que será levada ao seio das suas famílias” (*ibid.*). A burocracia laboral preferia que as mulheres e os menores trabalhassem apenas nos turnos diurnos e que as fábricas evitassem completamente empregar mulheres casadas. Mas os arquivos ministeriais contêm muito poucas censuras às fábricas por terem violado estas preferências durante a guerra.

A escassez relativa de trabalho nos anos 40 proporcionou aos trabalhadores a hipótese de negociarem directamente com os seus patrões e o Estado por via de greve. Durante a Depressão e novamente durante a crise na indústria têxtil nos anos 50, as greves tinham menos possibilidades de sucesso porque as fábricas estavam já à procura de formas de despedir os operários. Na década de 40, porém, a imprensa clandestina do Partido Comunista Português, e, até certo ponto, a evidência dos arquivos governamentais e da história oral, referiram numerosas greves e manifestações de pequena escala.

Embora seja certo que a produção de alimentos em Portugal não cresceu durante a guerra, Salazar declarou que havia excedentes agrícolas que podiam ser vendidos, aparentemente na maior parte dos casos aos países do Eixo. Além disso, o governo confiscou e racionou cereal e pão dentro do país. O sistema de racionamento e a escassez de alimentos prolongaram-se em algumas zonas do país muito além do fim da guerra. No Vale do Ave, os trabalhadores simplesmente passavam fome porque faltava comida nos mercados, mesmo quando tinham dinheiro disponível. Em particular, as mulheres dirigiram numerosos motins pelo pão e assaltos a celeiros e padarias. Os jornais comunistas *Avante!* e *O Têxtil* referem 14 manifestações por comida, ou assaltos a padarias ou celeiros, nos dois distritos do Vale do Ave entre 1943 e 1950. Durante o mesmo período e na mesma região, os dois jornais referiram dez greves plenas e 21 manifestações públicas ou ameaças de greve pelos salários ou pelas condições de trabalho.

Nos anos 50, quando as greves pareciam ter poucas hipóteses de sucesso, verificaram-se 24 menções de greves e 27 de ameaças de greve ou manifestações no *Avante!* e no *O Têxtil* para os distritos de Braga e Porto. Mesmo tendo em conta a tendência destas fontes para engrandecer pequenos protestos apresentando-os como formas de resistência de grande escala, é claro que os operários no Vale do

Ave não aceitaram o desemprego do pós-guerra inocentemente como sendo no interesse da nação, tal como foi definido pelo Estado patriarcal de Salazar. A título de exemplo, quando em 1953 se verificou descontentamento na freguesia rural que circundava a fábrica que tinha despedido todas as suas operárias (após ter feito o mesmo anteriormente em 1939), surgiu uma troca inquieta de *memoranda* confidenciais entre o governador civil e o Ministro das Corporações em Lisboa. Em Abril de 1954, o governador pediu que o Ministério elaborasse um “inquérito aos factos ocorridos... relativamente ao despedimento de operários fabris. Reputando-se muito grave a situação criada” (MTP 63:1954). Nesse mesmo mês, o governador comunicou ao Ministério da Economia em Lisboa que:

“mantém-se o ambiente de descontentamento e intranquilidade. Como já tive ensejo de referir a V. E. o tal ambiente contribue como causa principal para os resultados que se verificaram em quatro assembleias eleitorais daquele concelho em que a lista da oposição obteve a maioria nas eleições... do ano findo. Tudo faz prever que nas eleições para as juntas de freguesia a realizar no Outubro próximo, outro tanto venha a succeder... o problema pode vir a agravar-se, e a acarretar consequências mais sérias até com perturbações da ordem pública e social que importa prevenir” (MTP 63:1954).

Começando nos meados dos anos 60, a emigração do Vale do Ave para o Norte da Europa, e o recrutamento para o serviço militar nas guerras na África, deram origem novamente à escassez relativa de mão-de-obra na indústria têxtil que tinha dado aos operários influência face aos seus patrões e ao Estado durante a Segunda Guerra Mundial. Além disso, o desenvolvimento económico acelerado dentro de Portugal permitiu que os trabalhadores abandonassem a indústria têxtil em função doutros tipos de emprego no país. À medida que a escassez de trabalho piorava nos começos dos anos 70, alguns operários na região aproveitaram-se deste facto para virarem as costas aos patrões e ao governo. Durante este período, o número de cartas dos patrões de fábricas, que se queixavam que os seus operários não tinham dado aviso prévio *a eles próprios* antes de deixar de trabalhar, em muito excederam o número de cartas de trabalhadores que afirmaram que não tinham tido aviso legal antes de terem sido despedidos. Numa fábrica, os operários organizaram uma greve em dois anos seguidos. No último caso, simplesmente cortaram a electricidade no salão principal da fábrica quando a totalidade dos operários da fábrica deveria ter trabalhado horas extraordinárias para compensar o facto de terem gozado um feriado não oficial no Carnaval. Na década de 50, estes dois trabalhadores seguramente teriam sido despedidos após a primeira greve, mas neste caso, a empresa, “certos que não voltariam a repetir o mesmo acto de indisciplina” (STG 1966), deu-lhes uma segunda oportunidade. A seguir à segunda greve, quando os operários foram chamados ao gabinete da direcção para

justificar as suas acções, eles “responderam que não vinham que sabiam o sítio onde tinham de ir, que alguém lhes devia pagar o dia e que já tinham onde trabalhar” (*ibid.*). Em 1973, a oposição comunista até obteve sucesso ao conseguir eleger e — o que é ainda mais surpreendente — empossar os seus candidatos como delegados oficiais de uma secção concelhia do sindicato têxtil no Vale do Ave.

CONCLUSÕES

No Vale do Ave, nem as estruturas familiares nem os usos políticos de metáforas familiares parecem ter correspondido aos ideais de Salazar. Em primeiro lugar, a relação entre as estruturas familiares e a economia era muito mais flexível do que dentro da ideologia corporativista. As estatísticas sobre “meios de subsistência” nesta zona sugerem que a expansão económica arrancava os operários das suas famílias, e que a contracção económica os empurrava de novo para dentro da família; em grande parte como resultado directo dos programas corporativistas, este ciclo de entrar e sair produzia efeitos mais imediatos sobre as mulheres do que sobre os homens. Qualquer que tivesse sido o tamanho da “rede de segurança” proporcionada pelo sustento familiar no Noroeste de Portugal durante as crises de emprego industrial, foram as mulheres — mais do que os homens — que a utilizava. Com efeito, as mulheres viviam numa estrutura social substancialmente mais polarizada de que a que enquadrava os homens. Tanto na agricultura como na indústria, elas eram muito menos propensas a subirem socialmente, saindo da classe operária, e sob o Estado Novo enfrentavam maiores dificuldades para simplesmente manterem empregos assalariados do que os homens. O facto das mulheres terem conseguido manter uma proporção grande de tais postos, particularmente na indústria têxtil, sugere enfaticamente que nem elas nem as suas famílias alguma vez realmente aceitaram a “defesa da família” corporativista como sendo o melhor interesse dos trabalhadores.

A evidência disponível do comportamento político dos operários no Vale do Ave sob o Estado Novo, mesmo que fragmentária, decerto não implica que aqueles tivessem simplesmente aceite a ideologia salazarista da família, ora como retrato das relações no interior das próprias famílias, ora como metáfora das relações entre os operários e os patrões ou os operários e o Estado. Decididamente, os operários requereram ao governo humildemente ajuda quando o trabalho era escasso — mas estavam igualmente dispostos a se manifestarem ou fazerem greve se pensavam que tinham suficiente influência no mercado de trabalho para conferir algumas hipóteses de sucesso a essas estratégias. Embora as fontes escritas, na sua maior parte elaboradas por homens, não salientem o papel das mulheres nestes acontecimentos, é claro que elas se mantiveram na vanguarda da resistência

aos programas do governo pelo menos durante algum tempo — por exemplo, ao longo dos períodos de crises alimentares dos anos 40.

Porém, a ideologia da família promovida por Salazar não era simplista. Ele cuidadosa e habilmente jogou — por assim dizer — com duas extremidades contra o centro: por um lado lisonjeava as mulheres no sentido de exaltar o seu papel caseiro como pilar de toda a moralidade e produção económica, ao passo que, por outro, lembrava aos homens que as mulheres competiam com estes no mercado de trabalho, e que elas não traziam para casa salários equivalentes em valor aos serviços domésticos que já deixavam de proporcionar às suas famílias. António Figueiredo assinalou que Salazar frequentemente conseguiu desta forma “fazer da necessidade, virtude”. Provavelmente seria impossível determinar a medida precisa de cinismo e sinceridade nas propostas corporativistas, citadas por Figueiredo, no sentido de que os programas de assistência social eram “um mal social, até ao ponto de argumentar que os doentes deviam ser tratados em casa em vez de nos hospitais, para preservar a coesão da família” (Figueiredo 1975:95). Figueiredo indubitavelmente tem razão, no entanto, ao indicar que Salazar se opunha a estes programas, pelo menos, tanto porque implicavam despesas elevadas, como porque minavam a família.

Reconhecendo o cinismo e idealismo simultâneos em muitas afirmações e programas de Salazar, Manuel de Lucena descreve o Estado Novo como “uma surpreendente mistura da mentira e da visão política. Sempre contraditórias, as instituições corporativas começam frequentemente por ‘não existir’, depois existem mas ‘não funcionam’; e finalmente descobre-se que se tornaram deveras consistentes, mas são ao contrário do que as pintam. Olhando porém de mais perto, suspeita-se de que foi mais ou menos assim que as planearam desde o início. E que, portanto, o projecto salazarista é poderoso, sem deixar de ser ridículo... A vida segue portanto um caminho aos soluços... a caminhada de um sistema no qual ninguém acredita mas ao qual quase todos se conformam” (Lucena 1976, 1:378-380). O reverso desta descrição parece aplicar-se ao familismo como ideologia, ou pelo menos aos seus efeitos no Noroeste rural de Portugal. A família nuclear patriarcal tem sido desde longa data um sistema ao qual apenas se conformava uma minoria — pelo menos dentro da classe operária — mas em que muitos trabalhadores afirmavam crer, quando se tornava estrategicamente útil fazer tais afirmações aos representantes do Estado Novo.

QUADRO 1
Composição da Mão-de-obra na Agricultura e na Indústria Têxtil do Vale do Ave

Percentagens da mão-de-obra total empregadas em cada sector

	<i>agricultura</i>	<i>têxteis</i>
1930	38	16
1940	53	—
1950	33	36
1960	20	38
conjunto das indústrias de têxteis, vestuário e calçado	—	42
1970		
sector primário (agricultura, pesca, silvicultura, etc.)	13	—
Conjunto das indústrias de têxteis, vestuário e calçado	—	61

Homens e mulheres como percentagens da mão-de-obra em cada sector

	<i>agricultura</i>		<i>têxteis</i>	
	<u>homens</u>	<u>mulheres</u>	<u>homens</u>	<u>mulheres</u>
1890	—	—	51	49
1917	—	—	41	59
1930	52	48	41	49
1940	79	21	—	—
1949 (só Guimarães e Vila Nova de Famalicão)	—	—	46	54
1950	82	18	48	52
1960	87	13	62	38
1968 (só Guimarães e Vila Nova de Famalicão)	43	57	—	—
1970 (distritos de Braga e Porto)	—	—	49	51
1975 (distritos de Braga e Porto)	—	—	53	47

Fontes: para o período 1930-1960, os recenseamentos nacionais; para as estimativas de 1970, Comissão de Planeamento da Região Norte, *Subsídios Para o Estudo da Área do Pólo de Crescimento Braga-Guimarães* (Porto, 1974).

QUADRO 2
Estrutura Económica da População em 1930

empregado por conta do/a	<u>empregado em:</u>		
	<i>agricultura (%)*</i>	<i>têxteis (%)*</i>	<i>população total (%)*</i>
<i>Estado ou município</i>			
homens	27 —	—	1,131 (1)
mulheres	5 —	—	201 —
total	32 —	—	1,332 (1)
<i>Empresa ou particular</i>			
homens	11,415 (20)	5,114 (26)	28,321 (19)
mulheres	5,312 (9)	6,524 (33)	17,603 (12)
total	16,727 (29)	11,638 (59)	45,834 (31)
<i>Próprio</i>			
homens	7,063 (12)	165 (1)	13,061 (9)
mulheres	801 (1)	180 (1)	6,718 (4)
total	7,864 (14)	345 (2)	19,779 (13)
<i>Família (membros auxiliando os respectivos chefes)</i>			
homens	243 —	21 —	403 —
mulheres	8,888 (15)	2,170 (11)	20,986 (14)
total	9,131 (16)	2,191 (11)	21,389 (14)
<i>População activa total</i>			
homens	18,748 (33)	5,300 (27)	42,826 (29)
mulheres	15,006 (26)	7,449 (38)	45,508 (30)
total	33,754 (59)	12,749 (65)	88,334 (59)
<i>População total</i>			
homens	30,119 (52)	8,646 (44)	71,037 (48)
mulheres	27,398 (48)	11,059 (56)	77,932 (52)
total	57,517 (100)	19,705 (100)	148,969 (100)

* Percentagens da totalidade da população residente.

Fonte: Recenseamento Nacional de 1930.

QUADRO 3
Grupos Ocupacionais de Operários Têxteis e Membros
Trabalhadores das suas Famílias em Três Fábricas, 1935-36*

	<i>mulheres</i>	<i>homens</i>	<i>total</i>
<i>Empregos fabris</i>			
empregos têxteis melhor remunerados	0	44	44
fiação	217	74	293 **
tecelagem	336	197	535 **
acabamentos	4	69	73
força motriz	0	21	21
especializados diversos	0	16	16
não-especializados diversos	20	38	58
total de empregados fabris	577	459	1040 **
<i>Empregos não fabris</i>			
pequena burguesia	8	1	7
artesãos	8	1	7
assalariados diversos	4	0	4
agricultura	2	29	31
construção civil	0	46	46
diversos	2	8	11 **
Total de empregos não fabris	109 **	6	102
Totais - todas as ocupações	583	560	1148 **

* Estes dados foram calculados para todos os trabalhadores, incluindo tanto os primeiros listados como os adicionais em cada família.

** As discrepâncias entre os valores na coluna dos "totais" e a soma dos homens e mulheres numa dada categoria são devidas a pessoas listadas com essa ocupação mas cujo sexo não pôde ser determinado.

QUADRO 4
Dependentes e Trabalhadores Adicionais por Laço de Parentesco com o
Operário Listado em Três Fábricas, 1935-36*

	<i>dependentes</i>	<i>trabalhadores adicionais</i>	<i>total</i>
<i>cônjuges</i>			
mulheres	41	63	104
homens	4	110	114
<i>filhos</i>			
mulheres	28	33	61
homens	28	48	76
sexo indeterminado	387	1	388
<i>pais, incluindo padrastos/madrastas e sogras</i>			
mulheres	160	31	191
homens	31	74	105
<i>irmãos, incluindo cunhados</i>			
mulheres	49	85	134
homens	10	92	102
sexo indeterminado	152	4	156
<i>sobrinhas ou sobrinhos</i>			
mulheres	17	0	17
homens	3	0	3
sexo indeterminado	10	0	10
<i>avôs</i>			
mulheres	5	0	5
homens	10	0	10
sexo indeterminado	2	0	2
<i>tias e tios</i>			
mulheres	9	1	10
homens	0	1	1
Totais	946	543	1489
número médio de dependentes por família	= 1,6*		
número médio de operários por família	= 1,9*		
dimensão média da família	= 3,5*		
número médio de dependentes por família	= 2,2**		
número médio de operários por família	= 2,2**		
dimensão média da família	= 4,4**		

* Incluindo os primeiros 605 operários mencionados nas listas e, conseqüentemente, 168 famílias de pessoas isoladas, no total de 605 famílias.

** Incluindo apenas os primeiros 437 operários mencionados nas listas e, conseqüentemente, nenhuma família de pessoa isolada, no total de 437 famílias.

QUADRO 5
Operários Têxteis por Idade, Estado Civil, Permanência Contínua na Ocupação e Anos na Ocupação em Três Fábricas, 1935-36*

	<i>mulheres</i>	<i>homens</i>
<i>idade</i>		
< 14	13	16
15-19	69	44
20-24	77	40
25-29	71	46
30-34	53	22
35-39	39	26
40-44	28	9
45-49	8	9
50-54	7	12
55-59	6	5
60-65	0	3
> 65	0	2
Totais	371	234
<i>Estado civil</i>		
solteira/o	184	105
casada/o	173	126
viúva/o	14	3
Totais	371	234
<i>Permanência contínua na ocupação</i>		
trabalhou continuamente	339	226
não trabalhou continuamente	32	8
<i>Anos na ocupação</i>		
< 1 ano em 1935	63	63
2 anos	33	22
3-5 anos	74	53
6-10 anos	95	43
11-15 anos	47	17
16-20 anos	36	20
> 20 anos	23	16

* Estes dados foram fornecidos apenas com respeito aos primeiros 605 operários mencionados nas listas.

QUADRO 6
População Total por Meios de Subsistência, 1940-1960

	1940 (%)*	1950 (%)*	1960 (%)*
<i>dependente do/a</i>			
<i>chefe-de-família</i>			
homens	45,403 (24)	48,092 (21)	67,186 (25)
mulheres	72,399 (39)	77,272 (34)	114,841 (42)
total	117,802 (63)	125,364 (56)	182,027 (67)
<i>sustentado pelo próprio trabalho</i>			
homens	40,171 (21)	56,366 (25)	60,592 (22)
mulheres	18,790 (10)	32,582 (14)	15,429 (6)
total	58,961 (31)	88,948 (39)	76,021 (28)
<i>população total</i>			
homens	90,624 (48)	109,524 (49)	132,940 (49)
mulheres	97,405 (52)	116,109 (51)	139,712 (51)
total	188,029 (100)	225,633 (100)	272,652 (100)

* Percentagens da totalidade da população residente.

Fonte: Recenseamentos Nacionais de 1940, 1950 e 1960.

QUADRO 7
Número Médio de Dependentes por Família

	1940	1950	1960
<i>na população geral</i>			
por família	3.0	2.4	3.1
por chefe-de-família	—	2.6	—
por chefe-de-família masculino	—	3.1	—
por chefe-de-família feminino	—	1.1	—
<i>na população agrícola</i>			
por chefe-de-família	3.6	2.8	—
por chefe-de-família masculino	3.8	—	—
por chefe-de-família feminino	1.6	—	—

Fonte: Recenseamentos Nacionais de 1940, 1950 e 1960.

BIBLIOGRAFIA

- BIVAR, Maria de Fátima (1975) *Ensino Primário e Ideologia*. Lisboa: Seara Nova.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1978) "Agrarian Structures and Recent Rural Movements in Portugal" *Journal of Peasant Studies* 5, 3: 411-445.
- FERNANDES, Evaristo (s/d) *Salazar e Salazarismo*. Porto: Edições Lemos.
- FIGUEIREDO, António de (1975) *Portugal: Cinquenta Anos de Ditadura*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- GRAHAM, Lawrence S. & Harry M. MAKLER (1979) (orgs.) *Contemporary Portugal: The Revolution and its Antecedents*. Austin: University of Texas Press.
- INGERSON, Alice (1984a) "Working Class Culture and the Textile Industry", Charles Bergquist (org.) *Labor in the Capitalist World-Economy*. Beverly Hills, California: Sage Publications.
- (1984b) *Corporatism and Class Consciousness in Northwestern Portugal*. Tese de Doutoramento em Antropologia, Johns Hopkins University.
- LUCENA, Manuel de (1976) *A Evolução do Corporativismo Português*. 2 Vols. Lisboa: Editora Perspectivas e Realidades.
- (1979) "The Evolution of Portuguese Corporatism under Salazar and Caetano", Lawrence S. Graham & Harry M. Makler (orgs.) *Contemporary Portugal: The Revolution and its Antecedents*. Austin: University of Texas Press; 47-88.
- MACEDO, Henrique Veiga de (1958) *Alguns Princípios da Política Social e Corporativa Portuguesa*. Lisboa: Ministério das Corporações e Previdência Social.
- MEDEIROS, Fernando (1978) *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo*. Porto: A Regra do Jogo.
- MONICA, Maria Filomena (1978) *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*. Lisboa: Editorial Presença.
- PORTUGAL. Direcção-Geral das Indústrias (1930) *Estabelecimentos Industriais e Pessoal Empregado. Boletim do Trabalho Industrial* 150.
- PORTUGAL. Direcção-Geral de Estatística (1930) *Séptimo recenseamento Geral*.
- PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística (1930) *Estatística das Sociedades*.
- (1943) *Estatística Industrial*.
- (1940) *Oitavo Recenseamento Geral*.
- (1950) *Nono Recenseamento Geral*.
- (1960) *Décimo Recenseamento Geral*.
- (1960) *Comércio Externo*.
- (1968) *Inquérito às Explorações Agrícolas*.
- (1972) *Recenseamento Industrial*.
- PORTUGAL. Ministério das Corporações e Previdência Social (1952) *Legislação Corporativa e do Trabalho*. Lisboa.
- RIBEIRO, Ernesto K. de Queiroz (1965) *O Algodão: Novos Processos de Produção, Comércio, e Indústria*. Porto.
- SALAZAR, António de Oliveira (1934-1966) *Discursos*. 6 Vols. Lisboa.
- (1954) *Antologia: Discursos, Notas, Relatórios, Teses, Artigos e Entrevistas, 1909-1953*. Lisboa: Editorial Vanguarda.
- SCHMITTER, Philippe (1975) *Corporatism and Public Policy in Authoritarian Portugal*. Beverly Hills, California: Sage Publications (Sage Contemporary Political Sociology Series, Vol. 1).
- WIARDA, Howard (1977) *Corporatism and Development: The Portuguese Experience*.

Amherst: University of Massachusetts Press.

(1979) "The Corporatist Tradition and the Corporative System in Portugal: Structured, Evolving, Transcended, Persistent", Lawrence S. Graham & Harry M. Makler (orgs.) *Contemporary Portugal: The Revolution and its Antecedents*. Austin: University of Texas Press; 89-122.

WILLEMS, Emilio J. (1962) "On Portuguese Family Structure", *International Journal of Comparative Sociology* 3: 65-79.